

O USO DA PONTUAÇÃO EM EDITORIAIS DAS FASES PANFLETÁRIA, LITERÁRIA E TELEGRÁFICA¹

Danielle Caroline Lins Silva²

RESUMO: O presente artigo busca traçar a historicidade do uso da pontuação na escrita de editoriais jornalísticos nas fases político-panfletária, literária-independente e telegráfico-informativa, na passagem do século XIX ao XX, que marcam a historicidade dessa tradição discursiva. O corpus é composto de sete editoriais, sendo três da fase panfletária, e dois das fases literária e telegráfica. A análise é de cunho qualitativo, visando observar os traços de mudança e permanência na pontuação dos textos referentes a cada fase descrita. O aporte teórico está pautado nos preceitos da Tradição Discursiva, com Kabatek (2004; 2005; 2006), Gomes (2007), Zavam (2009); e da Linguística Sócio-histórica, Gomes e Zavam (2018), Camara (2001), Andrade e Gomes (2018). Os resultados indicam que na passagem de uma fase a outra houve a transição de um emprego da pontuação predominantemente prosódico para um que contemple aspectos, para além dos prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Vincular o ensino da pontuação a estudos como esse, é oportunizar vivências de um ensino interdisciplinar, fazendo o estudante enxergar os múltiplos recursos que a língua dispõe ao considerar os mais diferentes contextos de produção e finalidades comunicativas.

PALAVRAS-CHAVE: Pontuação; Editorial; Tradição Discursiva.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo trazar la historicidad del uso de la puntuación en la redacción de editoriales periodísticos en las fases político-panfletaria, literario-independiente y telegráfico-informativo, desde el siglo XIX hasta el siglo XX, que marcan su historicidad de esta tradición discursiva. El corpus está compuesto por siete editoriales, tres de la fase panfletaria y dos de las fases literaria y telegráfica. El análisis es cualitativo, con el objetivo de observar los rastros de cambio y permanencia en la puntuación de los textos que se refieren a cada fase descrita. El apoyo teórico se basa en los preceptos de la tradición discursiva, con Kabatek (2004; 2005; 2006), Gomes (2007), Zavam (2009); y Lingüística sociohistórica, Gomes y Zavam (2018), Camara (2001); Andrade y Gomes (2018). Los resultados indican que en la transición de una fase a otra hubo una transición del uso de la puntuación predominantemente prosódica a una que incluye aspectos, además de aspectos prosódicos, sintáticos, semánticos y pragmáticos. Vincular la enseñanza de la puntuación a estudios como este, es posibilitar experiencias de enseñanza interdisciplinaria, haciendo que el estudiante vea los múltiples recursos que tiene la lengua y a la vez considerar los más diferentes contextos de producción y propósitos comunicativos.

PALABRAS-CLAVE: Puntuación; Editorial; Tradição Discursiva.

1. Introdução

A Linguística tem expandido suas áreas de estudo e, como desdobramento dessa expansão, nos últimos trinta anos, pesquisadores de distintas áreas vêm dedicando-se ao estudo de gêneros presentes na memória cultural da sociedade, analisando elementos no nível da língua, da forma e do conteúdo. O entrelace entre Linguística e as ciências sociais contribuiu para o estudo de gêneros de forma mais sistemática e abrangente. Segundo Áurea Zavam (2009, p.16):

¹ Artigo desenvolvido para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso ministrada pelo professor Dr. Inaldo Firmino, orientado pela professora Dr^a. Valéria Gomes.

² Graduada do curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: daniellelins.le@gmail.com

(...) desde que a Linguística tomou como objeto de investigação o texto em sua totalidade, o estudo de gêneros – quer tomados como textuais, quer tomado como discursivos – vem se tornando foco de atenção de muitos pesquisadores, independentemente de possíveis filiações a correntes determinadas.

Isso justifica a crescente expansão do número de publicações voltadas para este tema. Quanto à historicidade dos textos, especificamente dos editoriais jornalísticos, pode-se ressaltar pesquisas anteriores como as de Valéria Gomes e Áurea Zavam publicadas no livro *História do Português Brasileiro: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros* (2018), onde as autoras aplicam um olhar investigativo para a trajetória desse gênero e sua consolidação como Tradição Discursiva (TD), observando os traços de mudança e permanência – na estruturação, localização, nomeação, relação entre editorial, suporte e contexto sócio-histórico – em cada fase, investigando, assim, o percurso sócio-histórico do editorial como prática discursiva do jornalismo impresso.

O presente artigo objetiva realizar uma análise da historicidade do editorial jornalístico buscando, diferentemente dos estudos citados anteriormente, analisar a configuração da pontuação em editoriais nos três estilos predominantes do jornalismo na passagem do século XIX ao XX: o político-panfletário, o literário-independente e o telegráfico-informativo; traçando vestígios de mudança e permanência no que diz respeito ao emprego da pontuação, suas possíveis intenções comunicativas e efeitos na construção de sentido dos textos. O artigo fundamenta-se nos seguintes pilares: (i) a Tradição Discursiva, que auxiliará na identificação dos elementos de pontuação do editorial jornalístico e nos vestígios de mudança e traços de permanência do gênero; (ii) a Linguística Sócio-histórica, que contribuirá para uma reflexão sobre os itens de pontuação e seus mais distintos modos e finalidade de uso, considerando as influências sociais e o contexto histórico, ou seja, o tempo e o espaço associados às relações de produção e escrita desses editoriais.

Nesta pesquisa, foram percorridas as seguintes etapas: aprofundamento teórico – para este estudo, serão utilizados como aportes os preceitos da Tradição Discursiva, com Kabatek (2005; 2006), Gomes (2007), Zavam (2009); e da Linguística Sócio-histórica, com Gomes e Zavam (2018), Camara (2001) . Para a investigação proposta, o estudo vale-se de um *corpus* composto de 7 editoriais, publicados nos séculos XIX e XX – em sua maioria, no jornal *Diário de Pernambuco*, o mais antigo em circulação na América Latina –, disponíveis virtualmente na página do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc)³.

O *Quadro 1: corpus* da pesquisa

EDITORIAL	DATA DE PUBLICAÇÃO	REFERÊNCIA / EDIÇÃO
Editorial 4 ⁴	14/02/1827	GOMES, Valéria Severina. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da primeira metade do século XIX - Editorial 4.
Editorial 8	07/04/1834	GOMES, Valéria Severina. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da primeira metade do século

³ Laboratório de Edição e Documentação linguística de Pernambuco: <http://www.ledoc.com.br>.

⁴ A numeração dos editoriais será mantida conforme os documentos estão organizados no banco de dados do LeDoc.

		XIX - Editorial 8.
Editorial 19	04/02/1842	GOMES, Valéria Severina. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da primeira metade do século XIX - Editorial 19
Editorial 39	06/06/1864	GOMES, Valéria Severina. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da segunda metade do século XIX - Editorial 39.
Editorial 60	23/03/1888	GOMES, Valéria Severina. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da segunda metade do século XIX - Editorial 60.
Editorial 17	10/01/1953	GOMES, Valéria Severina e SILVA, Jéssica Pereira. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da segunda metade do século XX - Editorial 17.
Editorial 30	01/01/1999	GOMES, Valéria Severina e SILVA, Jéssica Pereira. Editoriais – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Editoriais da segunda metade do século XX - Editorial 30.

Fonte: elaborado pela autora

A análise qualitativa dos dados volta-se para o emprego da pontuação no editorial jornalístico, considerando seu percurso sócio-histórico em três fases: panfletária, literária e telegráfica. Os objetivos são: abordar o trajeto do editorial jornalístico em sua consolidação como gênero, procurando focar no emprego da pontuação atrelado a cada fase dessa TD; e verificar traços de mudança e de permanência no emprego da pontuação na passagem de uma fase a outra do editorial impresso.

O editorial jornalístico é um gênero com ampla utilização no contexto escolar, assim como a pontuação é um tema fundamentalmente tratado a partir do trabalho de produção, leitura de textos e construção de sentidos. Em vista disso, são importantes os trabalhos que agreguem a historicidade do texto e dos recursos linguístico-discursivos empregados, visando a uma reflexão que tome por base a dinamicidade da língua em correlação à dinamicidade dos textos e da sociedade. Sem dúvida, essa é uma reflexão relevante do ponto de vista da pesquisa e do ensino, ao trabalhar a pontuação à luz dos efeitos de sentido do editorial jornalístico, trazendo à tona uma abordagem sócio-histórica.

O presente artigo está organizado em 4 tópicos, além da introdução. No primeiro, será apresentada uma abordagem referente à historicidade do editorial jornalístico; no segundo, há uma apresentação panorâmica de como a pontuação tem sido tratada por gramáticas tradicionais e pela perspectiva linguística; no terceiro, será realizada a análise do *corpus*, observando a configuração da pontuação nas três fases do editorial jornalístico. Por fim nas considerações finais, será feita uma síntese dos principais pontos abordados nos tópicos anteriores reforçando a contribuição desta pesquisa para o ensino mais abrangente – que, para além dos padrões vinculados à gramática normativa, busca levar o aluno a compreender a importância da pontuação para construção de sentido do texto ao organizar ideias, estratégias argumentativas, marcar entonação e garantir a coesão textual; alinhando o estudo do editorial jornalístico como TD à luz da pontuação – nas aulas de Língua Portuguesa.

2. A historicidade do editorial

A língua é um construto sócio-histórico em transformação constante, possibilitando, assim, mudanças observáveis quando se efetua uma análise contrastiva entre textos de épocas distintas. Cada nível do sistema linguístico possui sua especificidade e é representado por um conjunto de variedades. Assim como a língua, os gêneros passam por múltiplas e significativas modificações, reflexo de uma cultura dinamizada pela força convergente de inúmeros fatores sócio-históricos. Diante dessa questão, Andrade e Gomes (2018, p. 23) comentam que “os textos se configuram em eventos intermediados por ordens de discurso, que atualizam e selecionam os elementos que vão mudando ou permanecendo ao longo do tempo”.

São os traços de mudança e permanência que marcam o percurso da língua e dos textos. Ao propor investigações voltadas para oralidade e escrita, dentro da perspectiva pragmática histórica, a linguística românica alemã, a partir da última década de 80, forneceu bases para o conceito de Tradições Discursivas (TD). Entendem-se as Tradições Discursivas, em termos gerais, como formas repetidas e ritualizadas de dizer e de escrever, que adquirem significado e representação próprios; nessa convencionalização, unem-se a atualização e a tradição dos usos linguísticos, como define o romanista germânico Johannes Kabatek (2005, p. 159):

[...] Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação com qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço entre atualização e tradição [...]

Diante disso, Kabatek deixa evidenciado que a TD não é imutável, pelo contrário, adequa-se à realidade atualizando-se. Kabatek (2006) preocupa-se em deixar esclarecidos dois pontos: primeiramente, uma TD é mais do que um simples enunciado, é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação; segundo, uma TD não é um texto repetido sempre da mesma maneira, pode ser também uma forma textual ou uma combinação particular de elementos. Correlacionando a TD a gêneros textuais, considera-se que todo gênero textual é uma tradição discursiva, mas nem toda TD é um gênero.

Ainda segundo Kabatek (2005), “o traço definidor das TD é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo”. A partir dessa percepção, pode-se afirmar que são esses traços que marcam todo processo de consolidação da TD como gênero.

Diante de seus estudos, Arlindo Machado⁵ (2000, s.p.) pontua que para o pensador russo Mikhail Bakhtin (1981, p. 91), “O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a sua vida”. Arlindo Machado (2000, s.p.) afirma que diante da visão bakhtiniana:

(...) gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às

⁵ Arlindo Ribeiro Machado Neto é um pesquisador brasileiro, professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP e do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP.

comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores.

A partir dessas perspectivas, observa-se o quanto o gênero é resultante das mais diversas necessidades – sociais, históricas, linguísticas, discursivas – que moldam sua produção e circulação. No domínio jornalístico, estudos anteriores voltados para o editorial, como o desenvolvido por Gomes e Zavam (2018), centram-se num olhar investigativo para o trajeto do gênero no percurso de sua própria história dentro da sociedade. As autoras reconhecem que “são muitos os aspectos – sociais, históricos, linguísticos, discursivos, entre outros – que engendram a produção e a circulação desses gêneros”, e são esses aspectos que moldam e definem a finalidade social designada ao gênero; no caso do editorial jornalístico, trazer uma visão coletiva institucional a partir da argumentação sobre questões relevantes para o cotidiano vivenciado. Segundo Medina (2001, p.51):

Os gêneros jornalísticos subdividem-se em quatro grandes grupos: (i) informativo, com a preocupação de relatar os fatos de uma forma mais objetiva possível; (ii) interpretativo, que, além de informar, procura interpretar os fatos; (iii) opinativo, expressa um ponto de vista a respeito de um fato; (iv) entretenimento, que são informações que visam à distração dos leitores.

Essa divisão serve para identificar como os fatos jornalísticos são processados, servindo como uma ferramenta para que os leitores se orientem na procura das informações desejadas, pois, quando lemos um editorial, por exemplo, devemos ter consciência de que estamos recebendo um ponto de vista jornalístico, temos, então, o editorial, conforme Medina (2001, p.54) afirma, como texto que expressa a opinião oficial do jornal sobre os acontecimentos de maior repercussão no momento.

Diferente de algumas TD, “fortemente fixadas, sobretudo em âmbitos religiosos ou em instituições sociais com alto grau de conservação”, como afirma Kabatek (2006, p. 161), o editorial jornalístico apresenta uma trajetória marcada por uma variabilidade que se evidencia em estratégias que atendiam a propósitos sociais, finalidades comunicativas – refletidas em toda sua estrutura – que apontam para três fases relevantes desse gênero textual.

Hoje, o editorial desfruta de um *locus* que facilita a identificação, resultante de um longo processo com marcas de conservação e inovação. Segundo Gomes (2007), dentro do processo de consolidação desta TD como gênero, muitas designações terminológicas foram-lhe atribuídas, o seu rótulo, dentre elas: artigo de fundo, carta do redator – assim, podemos observar que é uma marca característica do processo de autonominação do gênero.

Os gêneros textuais servem às mais diferentes situações de comunicação necessárias ao ser humano. Os gêneros jornalísticos, dentre os demais, são determinados pelo modo de produção dos meios de comunicação de massa e por manifestações culturais de cada sociedade onde estão inseridos, o que lhes confere fortes traços sócio-históricos. Incluir o estudo da pontuação como um dos traços de mudança ou de permanência na composição dos editoriais, na passagem do século XIX ao XX, é estudar a historicidade a partir de três dimensões:

- historicidade da língua dada (linguística *strictu senso*, apropriação do signo linguístico).

- historicidade como tradição cultural (inclui, portanto, a tradição discursiva, recorrência de determinados textos ou de determinadas formações textuais).

- historicidade genérica no sentido de uma “pertença à história” (KABATEK, 2004, p. 161-162).

Considerando esses três níveis de historicidade, vários aspectos das transformações sociais e culturais podem ser recuperados das páginas dos jornais, aspectos esses que promoveram marcas e mudanças no tocante às condições de produção de editoriais jornalísticos. Gomes (2012) verificou que, na passagem do século XIX ao XX, três fases marcaram o trajeto do editorial como prática jornalística:

- (i) político-panfletária: marcada pelo início da imprensa no Brasil até a metade do século XIX;
- (ii) literário-independente: iniciada a partir da segunda metade do século XIX;
- (iii) telegráfico-informativa: que teve seus primeiros vestígios a partir do fim do século XIX.

Pode-se afirmar que cada tendência apontada acima foi resultante da realidade histórico-social vivenciada em cada contexto de produção, conforme Gomes (2012, p.34-35),

Dentre as mais variadas temáticas político-ideológicas, na década de 1880, foram intensificadas as questões abolicionistas. (...) Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a imprensa começa a servir como instrumento de comunicação também para alguns trabalhadores. Dentre os fatores que contribuíram para isso estão um comércio mais dinâmico, a indústria em progressão, o expansionismo urbano, o crescimento das escolas públicas, entre outros. A partir de 1930 houve uma modernização das empresas jornalísticas. A imprensa torna-se menos politizante e mais comercializada.

Segundo Zavam (2009, p.17), historicamente, no Brasil, a imprensa se consolidou a partir do período marcado por luta pela independência e, conseqüentemente, construção de um Estado. Os ideais de independência passaram a imprimir um modelo *panfletário* característico dos clubes revolucionários de Paris – a partir daí, pode-se afirmar que os primeiros jornais impressos receberam forte influência europeia refletida no editorial, ou carta do redator, como era antes denominado, apresentando marcas formais, diante da diagramação, quanto linguísticas e discursivas, a partir do ponto textual-discursivo; apresentando-se como canal de interlocução direta com leitores e indireta com o governo, onde, a partir de estratégias de argumentação visava alcançar seu propósito comunicativo.

Todo esse cenário sócio-histórico contribuiu para a tendência *político-panfletária*, que marcou o início da imprensa com um discurso essencialmente opinativo, marcado por expressões grosseiras, escrita que se aproxima da linguagem oral, o que caracterizava um discurso inflamado, uma escrita jornalística inserida em um contexto de elevadíssimo analfabetismo. Ainda sobre essas e outras características desta fase, segundo Gomes (2007, p.91), pode-se considerar as seguintes características:

- (i) contexto inicial da imprensa, com elevadíssimo analfabetismo;
- (ii) função essencialmente opinativa;
- (iii) discurso pomposo e veemente;
- (iv) fase de polêmicas pessoais e violência física e verbal;
- (v) linguagem marcada por vocativos, imperativos, repetições, interjeições, subjetivismo, adjetivação e pontuação enfática.

EX. 1: O DIA SETE D'ABRIL O Brazil não deve contar em seus Faustos hum dia mais glorioso, que o dia 7 de ABRIL. A Independencia, a Constituição são Epochas sem duvida memoraveis: mas o 7 de ABRIL foi o complemento da nosas Emancipação, e Liberdade. Sem elle a Independencia seria hum nome pomposo sim, mas illusorio, e a Constituição apenas hum fantasma para os Povos, e na realidade huma arma traiçoeira, e segura nas mãos do Despota. (...)

Viva pois sempre gloriosa, e prospera a Nobre Revolução' de 7 de ABRIL. Ella foi a que verdadeiramente nos Emancipou: ella foi a que nos outorgou hum Imperador, qual nos convem, hum Filho do Brazil, em Quem temos colocado doces, e venturosas esperanças. Haja uniaõ entre nós, haja a devida prudencia e sobre tudo respeitemos, e obedeçamos á Lei, que triunfaremos de viz restauradores, de salteadores cabanos, e seremos dignos de nome de Brasileiros, VIVA A HEROICA REVOLUÇÃO' DE 7 DE ABRIL.

(Editorial do jornal A Quotidiana Fidedigna nº 132, 07/04/1834, p.1 – Texto 1)

Gomes e Zavam (2018) afirmam que o jornal teve seu berço consideravelmente opinativo e tendencioso, ou seja, era considerado um veículo que visava destacar fatos cotidianos, a fim de manipular e externar interesses específicos de um grupo seletivo. Também é válido ressaltar que, na primeira metade do século XIX, os jornais eram produzidos explicitamente em função de partidos políticos, o que, também, justifica todas as características pontuadas anteriormente. Esse traço característico dos primórdios da imprensa não ficou no passado, mas ocorre de forma bem mais velada atualmente, sob a égide da propagada imparcialidade jornalística.

A segunda metade do século XIX foi marcada por um engajamento intelectual e cultural, com crescimento dos índices de alfabetização. A tendência panfletária tem suas bases enfraquecidas, e as temáticas culturais e científicas passam a permear o contexto de produção jornalístico: passando, até mesmo, a propagar romances, folhetins. A tipologia textual descritiva, a presença de figuras de linguagem e uma linguagem poética – até mesmo diante de uma abordagem política, marcam, assim, a tendência literário-independente, segundo Gomes (2007, p. 89). Tais características pontuadas são observáveis no trecho seguinte:

EX. 2: JORNAL DO RECIFE A CONFUSÃO DAS LINGUAS Se ha um facto, que revele a essencia das regras do systema parlamentar, é essa metamorphose repentina dos programas ministeriaes dentro do mesmo partido. Não é a Camara dos Deputados que dá orientação ao governo, é o governo que faz da Camara a propria chancellaria, como o artista póde extrahir da cêra ou do marmore a estatua de um deus ou os contornos de uma amphora. Não são os parlamentos aptos para o estudo dos detalhes administrativos, mas quando não imprimirem a marcha do governo á propria orientação, elles constituem bagagem pesada e inutil na organização do paiz.

(Editorial do Jornal do Recife nº 69, 23/03/1888, p. 1. – Texto 2.)

A presença significativa de metáforas e a ênfase em questões voltadas para 'estudos administrativos' diferenciam o texto da tendência literária. Essa fase do jornalismo marca a transição da tendência político-panfletária para a telegráfico-informativa – onde o jornalismo passa a caminhar por um viés informativo e objetivo. Segundo Gomes (2007, p.90), “percebe-se então, uma “despolitização” do jornal, com a redução do espaço para os artigos políticos. É preciso entender que essa despolitização diz respeito ao espaço que os gêneros opinativos foram cedendo para gêneros do domínio publicitário no corpo do suporte. Os jornais passam por uma modernização tecnológica, gráfica e editorial, influenciada pelo telegráfico, pelo rádio e pela televisão”.

Ex. 3: Editorial DIARIO DE PERNAMBUCO Recife, sexta-feira, 1 de janeiro de 1999 O futuro chegou Fernando Henrique Cardoso, 34º presidente, toma posse hoje cercado por circunstâncias especiais. É o primeiro a ser reeleito na história deste país. É o que obteve a maior votação já registrada pelos tribunais eleitorais no Brasil: conseguiu 53% dos votos válidos. As duas peculiaridades acerretam para o novo chefe do Poder Executivo enorme responsabilidade perante os brasileiros e os estrangeiros que apostam na consolidação da democracia nesta terra.

(...)

(Editorial do Diário de Pernambuco nº 366, 01/01/1999, p. A4. – Texto 3.)

Nesse texto, pode-se observar uma linguagem objetiva, uma construção argumentativa direta, que se apropria de dados estatísticos, presença de parágrafo, muito distinto do primeiro exemplo mencionado. É observando as características dessas tendências, traços próximos e distantes entre si, que se vê o quanto a escrita de um editorial jornalístico atual é resultante de um trajeto longo com significantes traços de mudanças, permanências e retomadas cíclicas.

Antes de verificar a pontuação na redação dos editoriais nas três fases, no tópico seguinte, a pontuação será abordada à luz das gramáticas – e da perspectiva linguística.

3. Pontuação na perspectiva gramatical e linguística

A pontuação é fundamental para construção de sentido do texto. O modo de pontuar influencia a compreensão do enunciado. A interação social ocorre de distintas formas e fazendo menção a signos linguísticos e sinais de pontuação, no texto impresso, esses são elementos constitutivos e consideráveis na construção de sentido.

Nem sempre a pontuação esteve presente na modalidade escrita, conforme Sampaio (2015, p. 46):

Historicamente, o surgimento da pontuação foi um acontecimento tardio, posterior à escrita, e marcado por divergências conceituais ao longo da sua evolução. As palavras eram escritas sem segmentação e sem pontuação, cabendo ao leitor/orador a responsabilidade de, na oralização, dar conta dessas questões, já que a escrita era vista como breve registro da fala.

Em seus estudos, Gomes (2007, p.69) faz referência às considerações de Rocha (1997) que considera “dois tipos de pontuação: a prosódica, preferencialmente falada (considerando pausa, ritmo, altura, acento), e a gramatical, preferencialmente escrita (levando em conta a sintaxe e a semântica)”. Sobre a historicidade da pontuação vinculada à imprensa, Rocha (1997, s.p.) afirma que:

(...) foi apenas na Idade Média, com o surgimento da Imprensa, que a pontuação se disseminou. Sua história abrange desde os antigos *escribas*, ao *revisor de texto* medieval (profissional surgido com o advento da Imprensa); dos escritores de épocas sucessivas, aos atuais redatores e manuais de revisão dos grandes jornais, sempre intermediada pela instrução escolar. Abrange também o próprio *status* da linguagem em suas modalidades falada e escrita e a mudança nas concepções de autor e de leitor, privilegiadas em diferentes momentos da história.

Uma das revoluções tecnológicas promoveram a transição do manuscrito para o texto impresso e, com ela, a necessidade de uma padronização do texto escrito, exigindo o uso de pontuação de domínio público (ROCHA, 1997, s.p.). A perspectiva de estudo

da pontuação e o olhar para a importância de seu uso para a construção de sentido do texto foi moldada ao longo dos anos. Nos estudos de Tania Camara – cuja publicação encontra-se nos Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (2011) –, faz-se menção ao estudo da pontuação, tratado e orientado da gramática mais antiga até as mais atuais. Dentre algumas gramáticas está *A Grammatica da Lingoagem Portuguesa (1536)*, de Fernão de Oliveira – o primeiro gramático –, em que são tratados pontos voltados para a oralidade, mas não trata de pontuação; contudo, reconhece que estudos futuros poderiam ser realizados, como pode ser observado na seguinte afirmação de Oliveira (1536 apud CAMARA, 2011, p.898) :

(...) e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando do nada e cada dicção porque isto ficava para outro tempo e obra.

Outro gramático pontuado por Camara (2011) foi João de Barros, sua obra “Da Orthografia” – em específico no capítulo “Dos pontos e distinções da Oraçám” –, passa a estudar as pausas da escrita, não se limitando a descrições, tratando a pontuação à luz da sintaxe, destacando que uma das principais funções dos sinais gráficos era evitar ambiguidades no texto. Magalhães de Gândavo, na obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da Língua Portuguesa (1981)*, trabalha o uso da vírgula, dos dois-pontos e do ponto. Dentro dessa abordagem, Gândavo reconhece que “a vírgula mais se distingue de dois-pontos pela pausa do que pela sintaxe em si” (CAMARA, 2011, p. 899). Camara (2011) também traz à tona a obra *Orthographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa (1631)*, de Álvaro Ferreira de Vera – aqui, à pontuação é atribuído o papel semântico, conforme Camara (2011, p. 899-900):

O painel até aqui levantado aponta aspectos relevantes com relação a diferentes pontos de vista a partir dos quais se faz uso da pontuação. Ao lado da base sintática, defendida por João de Barros, encontra-se ainda motivação semântica e rítmica, defendida pelos demais autores apresentados, excetuando-se Fernão de Oliveira, que não chegou a posicionar-se em virtude de não haver escrito especificamente sobre o assunto em questão.

Fazendo um recorte para os gramáticos mais recentes, temos Antenor Nascentes que, em sua obra *O Idioma Nacional (1960)*, trata do uso da pontuação atrelado ao ritmo, entonação e expressão. Segundo Camara (2011, p. 905), para Nascentes, “atribuir ‘valor’ aos diferentes sinais de pontuação implica empregá-los adequadamente, levando em conta propriedades semânticas relacionadas a cada um deles”. A partir desses estudos, como os de Camara (2001), pode-se observar, a partir de uma análise diacrônica, que há a expansão da abordagem da pontuação para com sua funcionalidade no campo semântico, linguístico-discursivo.

Dentro da perspectiva de pontuação atual, temos a pontuação como recursos da linguagem aplicados na escrita que apresentam a função de demarcadores de unidades, sinalizadores de estruturas sintáticas, que também cumprem com o papel dos recursos prosódicos utilizados na fala – o que garante a coesão e coerência dos textos, assim como os efeitos de sentido dos enunciados. Ao discorrer sobre pontuação e entendimento do texto, Bechara (2006, p.654) ressalta que:

O enunciado não se constrói como um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentaram estes princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais

aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Por isso, uma pontuação errônea produz efeitos tão desastrosos à comunicação quanto o desconhecimento dessa solidariedade a que nos referimos.

Quanto à prática de ensino da pontuação, Mendonça (2001, p.116) afirma que “a pontuação, além de marcar contornos entoacionais e deslocamentos sintáticos (abordagem tradicional dos compêndios gramaticais), deve ser vista também no âmbito textual-discursivo, atuando na construção de sentido”; ou seja, tratar a pontuação para além de exemplificações frasais, contextualizando o seu emprego, a fim de fazer o estudante percebê-la como ferramenta de otimização para coesão e coerência textual, é ampliar, consideravelmente, a perspectiva de ensino, reelaborando a abordagem tradicionalmente cristalizada de ensino da pontuação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o mais recente documento nacional que visa regulamentar as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas na Educação Básica, reconhece que “o conhecimento da ortografia, da pontuação, da acentuação, por exemplo, deve estar presente ao longo de toda escolaridade” (BRASIL, 2017, p. 135). Para as habilidades voltadas para o ensino de pontuação diante do eixo de leitura, por exemplo, a BNCC sugere, diante da prática de compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos em textos pertencentes a gêneros diversos, “identificar implícitos e os efeitos de sentido decorrentes de determinados usos expressivos da linguagem, da pontuação e de outras notações” (BRASIL, 2017, p.69).

Documentos como a BNCC buscam “quebrar” o ensino cristalizado voltado para prática tradicional de ensino de Língua Portuguesa, ainda muito presente nas escolas. Deixar para trás o ensino isolado da pontuação, atrelando-o a outros vieses – ou seja, ir para além do ensino de pontuação a partir de frases soltas, sem necessariamente fazer o estudante refletir e/ou reconhecer sobre a importância, limitando-se a tratar de inúmeras regras, deixando, em segundo plano, aspectos linguístico-discursivos, responsáveis pela produção de efeitos de sentidos dentro do texto.

Este trabalho converge com uma reflexão processual linguístico-discursiva, uma vez que considera a análise dos usos e funções da pontuação em editoriais de sincronias passadas como uma possibilidade de abordagem de pesquisa e de ensino que contribui para entendimento do emprego da pontuação em diferentes contextos e com propósitos comunicativos diversos.

Do ponto de vista de uma didatização futura, conduzir os estudantes a refletirem sobre a própria língua, seus aspectos linguísticos dentro de uma perspectiva sócio-histórica, buscando observar a construção de sentido em diferentes condições de produção, é contribuir com a reelaboração da concepção de pontuação, nesse percurso feito de Oliveira (1936) a Mendonça (2001) .

Ao analisar um texto essencialmente opinativo em sala de aula, como o editorial jornalístico, é importante considerar a visão dialógica de linguagem presente no texto e, a partir disso, perceber o quanto a pontuação é parte intrínseca para o alcance da finalidade comunicativa desse gênero na passagem do século XIX ao XX. A seguir, segue a análise qualitativa do *corpus* da pesquisa, buscando observar a configuração da pontuação nas três fases do editorial jornalístico: a político-panfletária, a literária-independente e a telegráfico-informativa.

4. Análise

A presente análise consiste em observar a configuração da pontuação nas três fases do editorial jornalístico: a político-panfletária, literária-independente e telegráfico-informativa. Esse é um dos recursos que visivelmente revelam o estilo de redigir o editorial na passagem do século XIX ao XX. Uma das características da imprensa embrionária era transpor para o texto escrito traços da oralidade. A transposição da linguagem falada para o texto escrito pode ser evidenciada, também, a partir dos sinais gráficos, da pontuação, promovendo “exatamente a integração entre o fônico e o gráfico, própria da leitura em voz alta que alcançou o século XIX” (GOMES, 2007, p.68). No editorial, a configuração da pontuação é marcada pela passagem de um emprego predominantemente prosódico para um uso voltado para uma construção textual que contemple, para além dos aspectos prosódicos, aspectos sintáticos e semânticos. É importante destacar que cada momento do jornalismo seguiu a norma culta em vigor na época. Os comentários analíticos não suscitam nem podem suscitar juízo de valor, uma vez que cada contexto de produção evidencia os recursos disponíveis para atender aos propósitos comunicativos da sociedade de cada época. Vejamos como se dá essa passagem nas três fases.

4.1 Análise da pontuação na fase político-panfletária

Sobre o emprego dos elementos de pontuação próprio do século XIX, Gomes (2007, p.173) afirma que:

(...) embora empregada de forma irregular e não convencional em algumas passagens dos primeiros editoriais do século XIX, e, com isso, interferindo na articulação textual, (a pontuação) exerce um papel fundamental, especialmente nos textos que expressam o discurso panfletário e dialético da época.

Isso porque a finalidade do editorial panfletário era, sobretudo, impactar, provocar o público-alvo. Apresentava períodos longos, uma pontuação pouco definida, enfática, exagerada – que se aproximasse da linguagem oralizada, capaz de expressar todas as indagações externadas –, sem muitas preocupações sintáticas, configura o emprego vinculado a esse período inicial de produção do editorial jornalístico.

Ex. 4: Alem d'isto, não se pense que a censura da imprensa haja de restringir-se a mera narração de hum factó; será permitido taõ bem formar juízo sobre a utilidade, justiça, e moralidade d'esse factó; he necessario que o constituinte forme hum juizo correcto sobre a “gestaõ de negocio,” que fez o seo procurador, sem que por isso se julguem transgredido os limites de huma temperada censura – Tudo se reduz ao exame das consequencias, que se podem seguir do que propôs, e do que adoptou a legislatura, ou de se não propor o que se devia propor. Certo he que neste exame não pode haver signaes ou características inerraveis, que fação conhecer a sabedoria, e a integridade da medida, ou “da não medida,” e ninguem tem o privilegio de dizer-lhe esta. – Para chegar pois ao acerto her preciso a discussaõ da imprensa; he preciso que todos dêem o seo contingente, já que a ninguem compete o privilegio da infalibilidade.

Contra todas estas vantagens da censura publica dizem os “apagadores:” Que a censura he muitas vezes mais injusta e mais erronea, do que a materia, ou o objeto censurado; convenio.

(Editorial do Diario de Pernambuco nº 35, 14/02/1827, p.137 – Texto 4.)

tendência panfletária e telegráfica. Os editoriais deste período apresentam certa oscilação entre o exagero e a escassez de pontuação; há a presença maior de pontos finais marcando os períodos no meio do parágrafo – o que implica na construção de períodos menores –, e um uso de vírgula e ponto e vírgula com maior foco sintático-semântico, melhorando, assim, as pistas gráficas para a articulação do discurso.

Ex. 6: O Brasil, ainda que se ache na infancia da sua vida industrial, experimenta cada dia os beneficios resultados d'esse prodigiosos invento da mechanica. As linhas ferraes actualmente decretadas e em serviço de transporte transformam as florestas do imperio em povoados que parecem surgir da noite para o dia, e concorrem para a solução do grande problema industrial – baratear os productos com o augmento de lucro para o productor.

Para felicidade do paiz, para gloria dos seus filhos, a questão dos melhoramentos materiaes entre nós nunca desceu á um arma de partido; considerada pensamento nacional, n'ella se teem emprenhado osgrandes homens de todos os credos politicos, que voz brandam – caminhemos, abram-se as estradas, contruaram-se os caminhos de ferro.

(Editorial do Diario de Pernambuco nº 128, 06/06/1864, p. 1. – Texto 6.)

Na construção dos parágrafos, percebe-se um uso mais contido de pontuação – principalmente de vírgulas –, o que evidencia um emprego mais dosado de sinais de pontuação. Podemos observar, por exemplo, o uso da vírgula marcando deslocamento de oração subordinada adverbial; também, o uso de travessão marcando aposto explicativo e introduzindo fala direta.

Ex. 7: Não ha muito que uma intelligencia brilhante dizia tambem na impressa: “seria grande meio de regularisar as concessões de estradas de ferro e tornar mais provietosos os auxilios do estado, definir desde já as grandes linhas que um dia devem compôr nossa rêde, e recusar com frimeza os auxilios do thesouro a todas aquellas que não reunirem estas duas recommendações, 1.^a ter em si mesma elementos de prosperidade, 2.^a entroncar-se facilmente em alguma das grandes linhas, fazendo parte do plano geral”.

Editorial do Diario de Pernambuco nº 128, 06/06/1864, p. 1. – Texto 7.

Distinguindo-se da fase panfletária, o literário apresenta as aspas marcando um discurso direto – também é perceptível que não há mais o registro de pontuação alguma antecedendo aspas finais, uma prática que ficou na primeira metade do século XIX. Inicia-se a aparição de dois-pontos introduzindo uma citação de fala. No exemplo acima, há o curioso caso de aposto enumerativo introduzido por vírgula – na análise do tópico anterior, foi observado o uso de dois-pontos substituindo a vírgula; na pontuação atual, essa troca pode ser efetivada em outras situações sintático-discursivas, porém não para introdução de itens enumerados.

Quanto aos traços de permanência, pode-se pontuar a presença de aspas para marcar um discurso direto e vírgula com o intuito de enumerar. Como se pôde observar, nesta fase de transição, há uma modificação do modo de pontuar e, conseqüentemente, repercussões na construção de sentido no texto, dando uma nova feição aos arranjos argumentativos dos textos. De todo modo, como demonstra o exemplo 6, a fase literário-informativa ainda mantém longos períodos e uma construção labiríntica, com poucos sinais que pontuação, o que requer do leitor cooperação na construção do sentido. O subtópico seguinte tratará da fase literária-independente: última fase que marcou os editoriais jornalísticos dos séculos XIX e XX.

4.3 Análise da pontuação na fase telegráfico-informativa

Na primeira década do século XX, os parágrafos apresentam uma configuração estruturada com períodos mais curtos, a pontuação configura-se de forma mais precisa do ponto de vista sintático e, conseqüentemente, voltando-se para construção de sentido.

Ex. 8: Diário de Pernambuco Sábado, 10 de janeiro de 1953 O rio, as pontes e os largos do Recife Das duas uma: ou a Prefeitura se decide a rever, num elevado sentido urbanístico, a localização de bombas de gasolina e postos de lavagem de automovel e refugios destinados á venda de refrigerantes, bombons e outras bugingangas, ou o Recife, dentro em pouco, estará completamente descaracterizado.

O que faz a beleza do Recife, em primeiro lugar, é o rio. O rio constitui um acidente geografico, de que deveremos tirar o maximo partido. Quando falamos do rio, falamos tambem das pontes. Infelizmente, a Prefeitura, por administrações anteriores, está contribuindo por estragar o efeito paisagístico das pontes. Numa das cabeças da ponte da Torre, inexplicavelmente se permitiu construir um abarracamento, que se destina ao que parece á venda de generos ou de artefatos de automovel. O fato é que, num lugar onde deveria haver um jardim ou um refugio arborizado, vai lenvantar-se uma caranguejola qualquer, com fins utilitarios e mercantis.

Esses recantos precisavam ter plantas e arvores ornamentais, não barracas de “compra e vende”. Como vai ser agora, que se permitiu o monstrengo?

(Editorial do Diario de Pernambuco nº 8, 10/01/1953, p. 4.– Texto 8)

Ex. 9: Editorial DIARIO DE PERNAMBUCO Recife, sexta-feira, 1 de janeiro de 1999 O futuro chegou Fernando Henrique Cardoso, 34º presidente, toma posse hoje cercado por circunstâncias especiais. É o primeiro a ser reeleito na história deste país. É o que obteve a maior votação já registrada pelos tribunais eleitorais no Brasil: conseguiu 53% dos votos válidos. As duas peculiaridades acerretam para o novo chefe do Poder Executivo enorme responsabilidade perante os brasileiros e os estrangeiros que apostam na consolidação da democracia nesta terra.

O primeiro presidente escolhido por voto direto foi Prudente de Moraes, que assumiu o governo em 1894. Sua vitória, no entanto, estava longe de representar a vontade da maioria: só puderam votar homens maiores de 21 anos que não fossem mendigos, analfabetos, praças, nem padres. Em 1912, por exemplo, o Brasil possuía 24 milhões de habitantes, mas só um milhão estavam aptos a votar, ou seja, 4% da população.

(Editorial do Diario de Pernambuco nº 366, 01/01/1999, p. A4. – Texto 9.)

Nos exemplos acima, temos uma distribuição maior de pontos finais no interior dos parágrafos, além da presença de vírgula com funções mais consolidadas: (i) organizar a data de publicação; (ii) separar elementos de mesma função sintática; (iii) marcar deslocamento de termos, tais como adjunto adverbial e orações subordinadas; (iv) evidenciar oração coordenada assindética (*ex. 8*); (v) isolar aposto explicativo (*ex. 9*). Diferentemente da tendência panfletária, onde há um uso exagerado da vírgula (e do ponto e vírgula), na fase telegráfica-informativa, o emprego desse elemento de pontuação evidencia motivações prosódicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Observa-se, também, que o emprego de aspas (*ex. 8*) com a finalidade de destacar, enfatizar, permanece nesta terceira fase pontuada; assim como o uso de dois-pontos substituindo conjunção explicativa (*ex. 9*). Outro ponto de distinção a ser mencionado – referente aos primeiros editoriais publicados – é a presença da interrogação – desta vez, não para marcar perguntas retóricas e simulações de diálogo, próprios do discurso argumentativo inflamado, mas questionamentos mais pontuais, apesar de cumprirem o mesmo propósito argumentativo.

Pode-se concluir, então, que, atrelado à visão de Gomes (2007, p.70):

O que o percurso do editorial pode demonstrar em termos do emprego da pontuação e dos destaques gráficos é a passagem de um enfoque predominantemente prosódico para um uso desses recursos visando à articulação textual e contemplando os aspectos prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos.

A análise contou com 7 editoriais representativos das três fases: panfletária (3), literária (2) e telegráfica (2). O *Quadro 2* abaixo sintetiza os principais traços de mudança e permanência a partir da análise desse *corpus*:

Quadro 2: Síntese dos traços de mudança e de permanência

	TRAÇOS DE MUDANÇA	TRAÇOS DE PERMANÊNCIA
PERÍODO POLÍTICO-PANFLETÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Finalização de aspas antecedida por outros sinais de pontuação; • Discurso indireto introduzido por dois pontos; • Uso exagerado da vírgula; • Uso exagerado do ponto e vírgula; • Pouca ocorrência de pontos finais no interior dos parágrafo para finalizar os períodos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ironia marcada por aspas; • Oração Subordinada Adjetiva Explicativa isolada por vírgulas.
PERÍODO LITERÁRIO – INDEPENDENTE	<ul style="list-style-type: none"> • O não uso de dois-pontos introduzindo a transcrição de fala direta iniciada por travessão; • Uso da vírgula introduzindo aposto enumerativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso direto introduzido por dois pontos, delimitado por aspas; • Fala direta marcada por travessão; • Aposto explicativo marcado por travessão; • Vírgula marcando deslocamento de orações.
PERÍODO TELEGRÁFICO – INFORMATIVO (INÍCIO)	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego da pontuação contemplando os aspectos prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da vírgula na descrição de data de publicação. • Aposto explicativo isolado por vírgulas. • Dois-pontos substituindo conjunção explicativa.

Fonte: Quadro produzido pela autora

Tomando por base um leitor atual, sem dúvida, a leitura dos editoriais de sincronias passadas requer um empenho maior no ato da leitura, e isso ocorre, em grande medida, em função das diferentes estratégias de pontuação do texto em diferentes épocas. No tópico seguinte, nas considerações finais, são retomados os principais pontos desenvolvidos na presente pesquisa, a partir da perspectiva de análise da pontuação nas três fases do editorial jornalístico.

5. Considerações finais

Analisar a configuração da pontuação nas três fases que compõem a historicidade do gênero editorial jornalístico exige um olhar detalhista diante de cada sinal de pontuação empregado, considerar todo o âmbito sócio-histórico em que foi produzido o texto.

Diante disso, a pesquisa partiu da historicidade do editorial jornalístico – traçando sua trajetória de consolidação como TD, seu reconhecimento como gênero textual, buscando observar as três fases que estruturam essa trajetória: a literário-panfletária, literária-independente e telegráfico-informativa; analisando, em linhas iniciais, a diferença de modos de dizer, temáticas e estruturação textual. Enquanto a tendência panfletária continha um discurso inflamado, repleto de adjetivação e exagero de pontuação, a literária já apresenta um discurso com a presença de figuras de linguagem – principalmente metáforas – marcada pela prolixidade e redação labiríntica, caracterizando um emprego mais comedido de pontuação nos textos; já a tendência telegráfica apresenta-se com um discurso predominantemente expositivo-informativo, tratando dos mais diversos assuntos e com o emprego de pontuação preocupado com, além de questões sintáticas, a construção de sentido, otimizando, assim, a compreensão do leitor atual e, obviamente, potencializando as estratégias de argumentação.

O segundo tópico “A pontuação na perspectiva gramatical e linguística” aborda a historicidade da pontuação, mostrando o quanto ela vem sendo abordada de forma tão particular e sendo reelaborada a partir do olhar de cada gramático de distintas épocas. A partir da perspectiva linguística atual, a pontuação tem sua relevância ressaltada para além de sua função prosódica, sintática; é vista como ferramenta indispensável na construção de um texto coesivo e coerente.

A intenção da pesquisa foi analisar, de forma sucinta, os modos de uso da pontuação na redação de editorial em distintas épocas, buscando perceber o quanto esses usos foram moldando-se às necessidades, às estratégias argumentativas e ao contexto sócio-histórico de produção. Com isso, ficam evidentes traços de mudanças e permanências que marcam a historicidade do gênero.

Toda essa reflexão tem dois pilares centrais que podem ser desenvolvidos em futuros trabalhos: o desenvolvimento de pesquisas acerca da historicidade dos textos e a ditatização da língua e do texto, considerando reflexões sócio-históricas. Possibilitar o acesso de estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio a estudos como esse, é dar-lhes a oportunidade de vivenciar um ensino de reflexão linguística interdisciplinar, e fazê-los apropriar-se de forma crítica, consciente, dos recursos que a língua dispõe, a exemplo da utilização adequada dos sinais de pontuação, considerando os mais diferentes contextos e finalidades comunicativas. O ensino da pontuação atrelado à historicidade de um gênero textual é consideravelmente inovador para o estudante, que, muitas vezes, já está habituado com um ensino limitado focado em padrões gramaticais normativos. Segundo Mendonça (2001, p.116), recentemente, há estudos linguísticos que se preocupam com a dimensão pragmática dos sinais de pontuação, sua importância para o funcionamento do texto em situações de interação. Esse foi o propósito deste

trabalho ao mesmo tempo em que pretende contribuir com a valorização de documentos manuscritos e impressos, a partir do trabalho com textos de épocas passadas, como um patrimônio sócio-histórico que conta e que faz a nossa História.

Referências

ANDRADE, M. L.; GOMES, V. S. Tradições Discursivas: reflexões conceituais. In: **Tradições Discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos**. Coordenador geral: Ataliba de Castilho. São Paulo: Contexto, 2018, p. 23-43.

BECHARA, E. **Gramática escolar da Língua Portuguesa**. 1. Ed. -. Reimp. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRASIL. **Educação é a Base**. Ministério da Educação: Brasília, s/d. Disponível em: <Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21/11/2019.

CAMARA, Tania M. N. Pontuação: orientação de uso pela ótica dos gramáticos ao longo do tempo. In: **Cardenos do CNLF**, Vol. XV, Nº5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

GOMES, Valéria S.; ZAVAM, Aurea. O editorial de jornal: revisando a trajetória de um gênero. In: **Tradições Discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos**. Coordenador geral: Ataliba de Castilho. São Paulo: Contexto, 2018, p.44-81.

GOMES, Valéria Severina. Editorial: a voz do jornal na imprensa pernambucana dos séculos XIX e XX. In: **Identidade e memória em manuscritos impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos**. / Thiago Nunes Soares / Valéria Gomes. – Recife: Ed. dos Autores, 2012, p.33-42.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

KABATEK, Johannes. **Sobre a historicidade de textos**. Tradução de José da Silva Simões. *Linha D'Água*, n. 17, p. 157-170, 2004.

KABATEK, J. **Tradiciones discursivas y cambio lingüístico**. Lexis, Lima, v.29, n.2, p.151- 177, 2005.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: **Para a história do português brasileiro**. LOBO, T. et al (Org.). Salvador: Ed. da UFBA, 2006. p.505-527.

MACHADO, Arlindo. Os gêneros televisuais e o diálogo. In. **Razon e Palabra**. Número 16, Ano 4, Novembro 1999- Janeiro 2000. Disponível em: < www.razonypalabra.org.mx/antiores/n16/osgeneros16.html>, acesso em: 21/11/2019.

MENDONÇA, Márcia R. S. Pontuação e sentido: em busca da parceria. In: **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Organizado por Angela Dionisio e Maria Auxiliadora Bezerra. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 113-125.

MEDINA, Jorge L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: **Revista Symposium**. Ano 5, nº 1, janeiro-junho 2001, p.51-54.

ROCHA, I. L. V. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **DELTA**. São Paulo, v. 13, n. 1, 1997, s.p.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000100005>, acesso: 21/11/2019.

SAMPAIO, A. F. C. **O uso da pontuação em atividades linguísticas e epilinguísticas: o gênero fábula em foco**. Tese (Mestrado em Educação). São Paulo: s.n., 2015, p.46.

ZAVAM, Aurea Suely. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal**. Tese (Doutorado em Linguística). UFC, Fortaleza – CE, 2009.